

A velharia e os novíssimos

OTTO LARA RESENDE

"A coragem é falar menos, embora seja difícil falar pouco." Clarice Lispector

Era para ser no dia 15 de novembro, na data da Proclamação da República. A República em 1937 completava 48 anos de idade. Nasceu em 1889. Façam as contas. Mas para não ficar na abstração de um tempo difusamente histórico, lembrem-se de que 1937 estava mais próximo de 1889 do que 1987, o corrente ano da graça de Nosso Senhor Jesus Cristo, está hoje próximo do remoto 1937. Todos nós somos no caso testemunhas oculares da História, como de Brício de Abreu ferinamente dizia o saudoso Sérgio Porto, vulgo Stanislaw Ponte Preta.

O Sérgio, ou o sábio Stanislaw, tinha em 1937 a mesma idade que eu. A mesma idade de Paulo Mendes Campos, por exemplo, que, precipitado, nos precedeu de uns poucos meses. Pois era para ser no dia 15 de novembro. Ia-se matar a República no mesmo dia em que ela tinha sido proclamada. A isto é que se chama requinte de crueldade, ou crime qualificado. O pior é que não era para restaurar a monarquia. Era para seguir o figurino totalitário que dominava e já enlutava o mundo, com o conspiratório e até hoje vigente conceito de Segurança Nacional, o boçal anti-semitismo e outros penduricalhos nazi-fascistas.

Para não esquecer essa data funesta, recorri à minha memória e fui reler o livro coordenado por Valentina da Rocha Lima — "Gétúlio, uma história oral", com depoimentos de personagens, contra e a favor, que contracenaram com o ditador. O avulso Deputado Café Filho tinha participado de tudo que antecedeu o golpe. Na Constituinte de 1946, convocada apesar de tudo de maneira mais correta do que a que lá está em Brasília hoje, crivada de flechas qual São Sebastião, Café subiu à tribuna e disse o slogan que nunca mais esqueceu: "Lembra-vos de 1937."

Talvez o tenha esquecido quando subiu ao Poder, num desses azares em que a sorte ou a má sorte é pródiga. Na Presidência, a ser Chefe das Forças Armadas, preferiu ser porta-voz. Passou de PR a RP. Enfim, a lição da História está aí à mão. O que dá na gente um desânimo de matar é que, volvido meio século, a situação está longe de ser confortável, permitindo-nos esquecer o rumo por que segue a nau do Estado. Num país hoje muito mais complexo do

que em 1937, nem tudo, sejamos sinceros, é razão de pessimismo. Do ponto de vista político, porém, a República, além de enalhada, está diante de alguns arrecifes e de outras tantas incógnitas.

Até o integralismo está se engraçando de novo e, se duvidar, vem por aí de sigma e de camisa verde, jurando que nada tem a ver com Mussolini, Hitler, Franco e Salazar. Participo da opinião do insuspeito Moacir Werneck de Castro, para quem o sigma não é um estigma. Não o é pelo menos com o selo da perpetuidade. Enfim, tudo passa. Tudo muda, ou se transforma. Grande pena é que a velharia e a velhacagem resistam ao tempo, ainda que maquiadas de novidade. O que se proclama novo é às vezes mais velho do que a sé de Braga, ou seja, a fome de Poder e o continuísmo imobilista com as suas galas e mordomias.

Em 1937, o Estado Novo enfeitou-se com o pastiche da polaca e não pagou direitos autorais a Salazar pelo uso de um título que era dele. Não convém esquecer que até o fundador do III Reich, que pretendia durar mil anos, também inaugurou uma Nova Ordem. Falar é bafo. A República, coitada, daqui a pouco vai completar cem anos, em 1989, e corre o risco de celebrar o centenário longe das urnas e da legitimidade. Esperemos que pelo menos não a batizem de Novíssima, para em seguida incluí-la em dois dos quatro novíssimos do homem, segundo o nosso esquecido catecismo — a Morte e o Inferno.

Como os dias entre os romanos, há datas fastas e nefastas. 10 de novembro, sendo nefasta, pode ao menos servir-nos de advertência: "Lembra-vos de 1937." Quanto a mim, obscuro repúblico, obsessivo cidadão de uma utopia liberal, os olhos postos no exemplo do Dr. Raul Pilla, peço a Deus, que positivamente se cansou de ser brasileiro, que ajude o Brasil a sair do beco autoritário. E que nos poupe o vexame de ver o país da impiedade ter o mau gosto de ameaçar Roberto Carlos. Por maior que seja a inveja despertada pelo iate do cantor, nada justifica essa estúpida encenação de arbitrio em cima de um ídolo popular que enriqueceu com a voz que Deus lhe deu. Tem gente aí que não pode explicar nem a própria saliva.

'Centrão' obstruirá trabalhos se votação de projeto for adiada

BRASÍLIA — Se o Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, adiar a votação do projeto de resolução que prevê a apresentação de emendas substitutivas a títulos, capítulos e artigos, os principais líderes do "Centrão" — grupo de "moderados" de diversos partidos — prometem impedir o início da votação do substitutivo em plenário, não permitindo quorum para a realização das sessões. Ontem, o grupo já contava com 309 assinaturas, mas poderá chegar às 320 na terça-feira, quando o projeto será apresentado em plenário.

Seguindo os prazos previstos no Regimento, Ulysses poderá atrasar até 30 dias a votação do projeto de resolução. Se isso ocorrer, a votação acontecerá 20 dias depois do início dos trabalhos do plenário, o que inviabilizará o projeto, já que as emendas precisam ser apresentadas antes de reunido o plenário.

O Deputado José Lins (PFL-CE), um dos articuladores do "Centrão", espera que o Presidente da Constituinte reduza ao máximo os prazos de tramitação do projeto, de preferência para sete dias:

— Sabendo que a maioria assinou o projeto, é possível que ele se mostre sensível. Pessoalmente, acredito que ele vai encontrar uma solução — comentou José Lins.

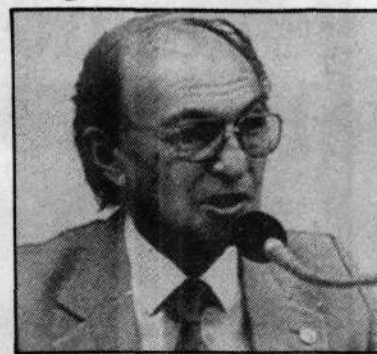
Mas ele também deixou claro que o grupo está pronto para reagir se Ulysses não colaborar:

— Se ele não tomar uma decisão dentro do prazo que esperamos, é possível que o pessoal tome a decisão de não permitir o início da votação em plenário — avisou.

O Deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), coordenador da coleta de assinaturas, garantiu que o "Centrão" vai negar quorum para as sessões plenárias enquanto o projeto de resolução não entrar em votação. E lembrou que o grupo já tem 309 assinaturas, podendo chegar a 320 na terça, quando será realizada a sessão extraordinária para a apresentação do projeto.

Certos de que o projeto será votado a tempo, os integrantes da comissão temática do "Centrão" — José Lins (PFL-CE), Eraldo Tinoco (PFL-BA), José Bonifácio (PDS-MG), Jorge Viana (PMDB-BA) e Waldeck Ornelas (PFL-BA) — começaram na terça-feira a selecionar as 300 emendas apresentadas por integrantes do grupo aos títulos I, II e III. O objetivo principal é eliminar as duplicidades, reduzindo para 40 o número de emendas. Num segunda etapa, as lideranças do "Centrão" vão escolher as emendas que melhor se adaptam às teses que defendem.

José Lins esclareceu que o objetivo não é apresentar um substitutivo integral ao projeto do Relator Bernardo Cabral, como chegou a ser divulgado:



Lins espera tramitação rápida

— Queremos apenas corrigir certas distorções, o que pode ser feito com a alteração de um número limitado de artigos.

De qualquer modo, o grupo continua lutando pela apresentação de emendas substitutivas integrais a títulos e capítulos. José Lins justificou:

— Isto vai agilizar o trabalho e permitir que a votação adquira uma nova dinâmica. Com isso, a Constituição estará pronta em fins de dezembro. Do contrário, acabará em março ou abril.

Entre as principais lutas do "Centrão", José Lins destacou o combate à estatização, o estudo do ingresso de poupança externa no País e a compatibilização das conquistas sociais com a sobrevivência da iniciativa privada. O grupo também quer remeter à legislação ordinária questões como jornada de

trabalho, estabilidade, dispensa para gestante, horas extras e imprestabilidade. E explicou:

— Em vez de engessar a Nação com uma Constituição muito rígida, devemos enviar essas matérias para a legislação ordinária, porque a lei pode ser mudada de acordo com as necessidades conjunturais.

O prazo regimental para a tramitação do projeto de resolução pode variar de sete a 30 dias. Recebido pela Mesa, o projeto será lido e o parecer apresentado em dez dias. Publicado o parecer no prazo de dois dias, o Presidente tem cinco dias para convocar uma sessão do plenário, em turno único. Se houver emendas, haverá novo prazo de dez dias para apresentação de parecer sobre as emendas. Depois de publicado o parecer, o projeto entra na ordem-do-dia para votação. Se aprovado, a Mesa tem 48 horas para oferecer a redação final do projeto que será submetido ao plenário.

Se quiser, Ulysses Guimarães poderá receber o projeto na terça-feira, apresentar o parecer na quarta e publicar na quinta, convocando a sessão para a sexta-feira. Se houver emendas, o parecer poderá ser dado no sábado, com publicação na segunda-feira. As emendas serão votadas no mesmo dia, ficando a Mesa com 48 horas para oferecer a redação final. Assim, na quarta-feira será votado o projeto final.